



# Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Inspier, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?", e colunista da Folha de S.Paulo



## Como o PT reage a situações de estresse fiscal?

No passado, o partido preferiu empurrar com a barriga

Caiu a ficha de que o arcabouço fiscal não equilibra as contas e está sob risco de ser burlado ou abandonado. O Congresso dificilmente aprovará novos aumentos de receita. Com despesas disparando, ficou evidente a necessidade de reformas para controlar o gasto. A equipe econômica se prontificou a levar um menu de propostas ao presidente.

Alguns analistas se animaram, acreditando que o estresse, no mercado e na política, induziria as reformas necessárias. Porém, o histórico do PT não inspira otimismo. Episódios similares no passado mostram que o partido preferiu empurrar com a barriga e não fazer ajustes.

Lembremos alguns casos.

Em 28/01/2013, o secretário da Receita anunciou que o governo ampliaria as desonerações fiscais em R\$ 15 bilhões. Dois meses depois, por meio de um "jabuti" enxertado em projeto de lei que tratava de outro assunto, o Con-

gresso autorizou que até R\$ 20 bilhões em desonerações tributárias fossem desconsiderados do cálculo do resultado primário.

Em 15/04/2013, prevendo inviabilidade de cumprir a meta fiscal já flexibilizada, o governo mandou ao Congresso projeto que acabava com a obrigação de o governo federal compensar o eventual descumprimento de meta fiscal pelos estados e municípios. Na prática, diminuía a meta para o setor público consolidado. Nesse dia, os juros das NTN-B deram um pulo de 0,34 pontos.

Frente à deterioração fiscal, em 07/06/2013, a Standard & Poors sinalizou que revisaria a perspectiva da nota de crédito do País para negativa (outro salto nos juros, de 0,27 p.

Abriu-se no governo um debate similar ao atual, sobre a necessidade de ajuste estrutural nas contas. Lia-se na imprensa que "Governo discute ofensiva pela credibilidade" (O Estado S.

Paulo, 11/06/2013). Falava-se em "aperto mais forte nos gastos de custeio" e em "uma política fiscal mais rígida".

Porém, nada avançou.

Em 29/08/2013, foi enviada a proposta orçamentária de 2014, com redução da meta de superávit (juros pularam 0,26 p.). Ao final do ano, o governo recorreu à contabilidade criativa para fechar as contas. Desconsiderando manobras, o resultado do governo central de 2013 ficou 60% abaixo da meta prometida no início do ano.

Em outro episódio, iniciado em janeiro de 2015, Joaquim Levy assumiu o Ministério da Fazenda com a missão de fazer ajuste fiscal. Mas, já em 23/03/2015, lia-se nos jornais que "Dilma promete a Lula e ao PT que vai rever pontos do ajuste fiscal" (O Estado de S. Paulo). Juros subiram 0,3 p.p. no dia.

Em 22/05/2015, o governo deu outro sinal de resistência à agenda de Levy: anunciou um contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões,

descartando a proposta de R\$ 80 bilhões do chefe da Fazenda.

Em 23/07/2015, o governo reduziu a meta de resultado primário do ano, de 1,1% do PIB para 0,15%, mais uma vez contrariando o Levy. Juros subiram 0,3 p. Em 15/12/2015, apesar de já ter perdido o grau de investimento em 09/09/2015, o governo reduziu a meta de resultado primário de 2016. Juros subiram 0,14 p.

Três dias depois, Levy pediu demissão. E a imprensa noticiou que "Barbosa assume Fazenda e promete manter ajuste". Manter ajuste? A meta de resultado primário foi alterada ou contornada em 8 dos 13 anos de governo do PT.

O final é conhecido: a maior crise econômica da história do País.

Voltando ao presente, vemos Lula repetir o roteiro negacionista, afirmando que "é necessário saber se precisa efetivamente cortar gastos" (Folha, 27/06/2024). Os ministros da articulação po-

lítica reproduzem o balé de dizer que estão tomando providências. Prometem uma revisão de cadastros dos benefícios previdenciários que economizaria até R\$ 30 bilhões.

O próprio arcabouço fiscal foi, no estilo clássico do PT, uma tentativa de ir empurrando enquanto desse. Depois de aumentar o gasto em quase R\$ 200 bilhões, com a aprovação da PEC da Transição, o governo fez uma promessa de bom comportamento para o futuro, no melhor estilo de Santo Agostinho: "Senhor, dai-me continência e castidade, mas hoje, os limites e metas do arcabouço compraram credibilidade por alguns meses, com data de vencimento, e que agora se esgota, por impossibilidade de cumprir o prometido".

Resta torcer para que Lula e o PT tenham aprendido com o passado e que, por trás da retórica do presidente, se esteja planejando um efetivo ajuste fiscal.

PROGRAMA  
banrisul  
reconstruir RS

NÓS VAMOS  
RECONSTRUIR JUNTOS.

O Banrisul acredita na tua força e no futuro de todos os gaúchos.

banrisul  
Um banco único.  
Porque te entende.



## Bancos parceiros do BNDES ainda aguardam liberação de crédito a pequenas empresas

/ RETOMADA

Caren Mello

caren.mello@jcrs.com.br

Instituições financeiras parceiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), entre elas bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e agências de fomento, aguardam para qualquer momento a liberação da linha especial para pequenas e médias empresas atingidas pelas enchentes de maio no Rio Grande do Sul. As grandes empresas já estão tendo seus pedidos analisados pela própria instituição. Ao todo, o Programa BNDES disponibilizará R\$ 15 bilhões para CNPJs dentro da mancha especificada no decreto estadual.

O Programa prevê o alongamento de dívidas por um ano, para micro, pequenas e médias

empresas. As operações são realizadas pelos agentes financeiros repassadores, cabendo a eles definir as condições para cada cliente. Nas operações diretas, para grandes empresas, estão disponíveis recursos para capital de giro e financiamento para reconstrução. Na área industrial, os pedidos já estão chegando para análise.

O BNDES montou em Porto Alegre um posto avançado para atendimento, onde também está realizando apresentações para as associações empresariais de vários setores. O escritório fica na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS). Cerca de 30 funcionários foram deslocado da sede no Rio de Janeiro para Porto Alegre.

De acordo com o Banrisul, o Programa Emergencial do BNDES para o Rio Grande do Sul ainda não foi liberado para protocolo de

operações, embora já tenha tido resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN). O BRDE também confirmou a operação, aguardando apenas a formalização das regras pelo BNDES.

Conforme a Medida Provisória que autorizou o Programa, serão viabilizados valores em crédito do Fundo Social. Os empresários poderão requerer financiamento em três modalidades: aquisição de máquinas e equipamentos para recompor a capacidade produtiva afetada; projetos de investimento, como construção e reforma de fábricas, galpões, armazéns e estabelecimentos comerciais e apoio financeiro para pagamento de folha e fornecedores, recomposição de estoques e demais gastos para manutenção e retomada das atividades. Os empresários precisam se comprometer, por meio do contrato,

em manter ou aumentar o número de empregos.

CNPJs com faturamento superior a R\$ 300 milhões no último ano de exercício fiscal podem financiar o valor mínimo de R\$ 20 milhões e máximo de R\$ 400 milhões (na modalidade capital de giro). Para máquinas e projetos

de investimento, o valor máximo é de R\$ 300 milhões (por grupo econômico no caso de conglomerados). Já as micro, pequenas e médias empresas têm como valor máximo do financiamento R\$ 150 milhões para máquinas e projetos de investimentos e R\$ 20 milhões para capital de giro.



Ao todo, serão disponibilizados R\$ 15 bilhões para CNPJs do Estado